



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

CONTRATO DE AQUISIÇÃO

Pelo presente instrumento de contrato, que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI**, estabelecida na Praça do Paço Municipal, nº 10 - Centro - Cajati - SP, inscrita no C.N.P.J sob o nº 64.037.815/0001-28, representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **SIDINEI APARECIDO RIBEIRO**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG. nº 30.801.034-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 259.336.578-16, residente na Rua: Rio Xingu nº 132- Novo Cajati - Cajati - SP (11.950-000), daqui em diante designada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **NELSON DA CUNHA 12591986851 - ME**, situada na Rua Rio Tapajós, nº 151 - Vila Antunes - Cajati - SP (11950-000), inscrita no C.N.P.J sob nº 35.587.889/0001-30, aqui representada pelo Sr. **NELSON DA CUNHA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.683.550-9, CPF nº 125.919.868-51, estabelecido na Rua Rio Tapajós, nº 151 - Vila Antunes - Cajati - SP (11950-000), proprietário da empresa, de ora em diante designada **CONTRATADA**, que tem como justo e contratado entre si no Pregão Eletrônico nº 043/2021, Processo nº 67763/2021, conforme Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 e suas atualizações, que se regerá pelas cláusulas e condições, abaixo discriminados, que as partes reciprocamente aceitam e outorgam a saber:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Aquisição de mantas para a campanha do agasalho 2021 em caráter de distribuição gratuita.

ITEM	QTDE	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1.000	Unidade	Manta: Casal em microfibra, confeccionada 100% poliéster, tecido de toque suave e macio, tamanho casal: 180 cm x 210 cm, com estampas variadas.	AJ Estamparia	R\$ 25,99	R\$ 25.990,00

Cláusula Segunda: DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA DO CONTRATO.

Os materiais deverão ser entregues no Almojarifado Municipal, localizado na Rua Frutuoso Pereira de Moraes, s/nº - Bairro Bico do Pato - Cajati - SP, de segunda a sexta-feira, das 13:30 às 17:00 horas.

Os materiais deverão ser entregues, em até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido de compra/empenho enviado por email pela Divisão de Compras e Licitações.

O contrato terá vigência de 30 (trinta) dias, sendo 15 dias para a entrega dos materiais e demais dias para pagamento.

A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por ocasião da licitação.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O preço total do lote ora contratado é de **R\$ 25.990,00 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa reais)**, fixo e irrevogável.

Página 1 de 7



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões do objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, por acordo entre as contratantes, que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65, Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

Parágrafo Único – O preço referido no *caput*, além da mão de obra, materiais e todos os equipamentos necessários ao fornecimento, bem como todas as despesas com transportes, seguros, equipamentos de segurança, impostos e/ou taxas e com outras pertinentes correrão por conta da CONTRATADA, que responderá pela realização das mesmas independentemente da manifestação do preposto da CONTRATANTE, sendo condição obrigatória para a realização dos respectivos pagamentos.

Cláusula Quarta – PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 15 (quinze) dias após a entrega, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Contratante.

Cláusula Quinta – DO RECURSO FINANCEIRO

O recurso financeiro para atendimento ao objeto do presente exercício, conforme Elemento Econômico 3.3.90.30 – do Código de Recurso e Fonte, será atendido pela dotação codificada sob o nºs:

Gabinete do Prefeito Municipal

Unidades: Fundo Social de Solidariedade

Código: 08.244.0002.2005 - Fundo Social de Solidariedade

3.3.90.30 - Material de Consumo

Cláusula Sexta – DA PRAÇA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados pela Seção de Tesouraria da Prefeitura do Município de Cajati - SP mediante depósito bancário em Conta Corrente da Contratada.

Cláusula Sétima – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da Contratada são as aqui mencionadas além das estabelecidas no item 18 do Edital.

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Referência.

Estar apta a executar os fornecimentos contratados, imediatamente após a assinatura do Contrato firmado pelas partes (contratante e contratada).

Realizar a substituição dos produtos, quando os mesmos não estiverem em conformidade com a solicitação, ou ainda apresentar defeitos, erros, falhas ou imperfeições, apontadas pela contratante, decorrente de culpa da contratada, quer seja por emprego de mão de obra, imperícia, ou emprego inadequado das peças, sem que tal fato possa ser imputado para justificar cobrança adicional, mesmo que tais necessidades ocorram após o recebimento do equipamento desde que dentro do prazo de garantia.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

Quando da necessidade da realização de substituição do produto, este deverá ser realizado dentro de um prazo não superior ao prazo previsto inicialmente, ou seja, 10 (dez) dias úteis corridos.

Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação, qualificação em perfeita compatibilidade com as obrigações assumidas.

Permitir e assegurar que a Contratante realize inspeções e fiscalizações quando julgar necessário, sem que tenha a necessidade de tratativas prévias com a Contratada, porém, em nenhuma hipótese a não ocorrência de inspeção ou fiscalização por parte da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades.

Responsabilizar-se pelos prejuízos causados a contratante ou a terceiros, por atos de negligência ou culpa de seus empregados ou preposto, durante a execução dos serviços estipulados neste Termo de Referência.

Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ocorrer com os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

Responder por danos ou desaparecimento de bens materiais, acessórios e avarias causadas por seus empregados ou preposto, a Contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua responsabilidade, de acordo com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

Prestar todos os esclarecimentos técnicos e administrativos que lhe forem solicitados pela Contratante, relacionados com os fornecimentos efetuados ou a serem efetuados.

Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações contratuais assumidas, sem qualquer ônus para Contratante.

Cumprir fielmente o estabelecido no Termo de Referência (Anexo I) do edital, em especial no que se refere às medidas e descrição dos materiais a serem fornecidos.

Efetuar a entrega no prazo estipulado no Termo de Referência (Anexo I) do edital, contados a partir da assinatura do contrato.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a pagar pontualmente os fornecimentos efetuados pela CONTRATADA.

Orientar a CONTRATADA acerca da correta execução dos fornecimentos contratados.

Promover o acompanhamento e a fiscalização dos fornecimentos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio todas as falhas detectadas e comunicar a CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

Rejeitar, caso estejam inadequados ou irregulares, fornecimentos efetuados pela CONTRATADA.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

Notificar a CONTRATADA, na ocorrência de situação prevista no item anterior, para reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os fornecimentos realizados em desacordo com as regras deste Contrato.

Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no Contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

Notificar a CONTRATADA acerca de eventual conduta inconveniente de seus empregados quando da execução dos fornecimentos ou na ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta.

Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA.

Cláusula Nona – CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

O recebimento dos materiais não implica na sua aceitação definitiva, uma vez que dependerá da análise dos mesmos por servidor, o qual deverá verificar a quantidade e atendimento a todas as especificações contidas no Termo de Referência e no edital para a aceitação definitiva;

O prazo para a aceitação definitiva ou recusa deverá ser manifestada em 10 (dez) dias contados a partir da data de entrega dos produtos;

As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, relativas ao recebimento, deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes à Administração Municipal.

A aceitação definitiva não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do produto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos;

Cláusula Décima – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A fiscalização e acompanhamento dos fornecimentos será exercida pela CONTRATANTE, através de agente por ela designado, a quem compete verificar se a empresa está fornecendo corretamente os equipamentos, obedecendo ao Termo de Referência, o Contrato e aos demais documentos que o integram.

A empresa sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante.

A fiscalização será exercida no âmbito dos interesses da Contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e/ou prepostos. Qualquer exigência da fiscalização inerente ao objeto e termos do presente instrumento deverá ser prontamente atendida pela Contratada, sem ônus para a Contratante.

O responsável pela fiscalização do presente contrato será o Fundo Social de Solidariedade, na pessoa da servidora ELIANA RIBEIRO P. GOMES, conforme Portaria 733 de 08/06/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

Cláusula Décima Primeira – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA OS CONTRATADOS.

Comete infração administrativa nos termos das Leis Federais nº.s 8.666/1993, 10.520/2002 e 8.429/1992, a Contratada que:

- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência do contrato;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal;
- f) Não manter a proposta;
- g) Atentar contra os princípios da Administração Pública.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação;
- c) Atraso superior a 10 (dez) dias até 20 (vinte) dias, multa de 2% sobre o valor da obrigação, por dia de atraso;
- d) Pela inexecução total ou parcial do ajuste, multa de 20% calculada sobre o valor da obrigação.
- e) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- f) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Cajati/SP pelo prazo de até cinco anos;
- g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada/Detentora ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

A relação familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau) com servidor público municipal ou entre os sócios das empresas licitantes, bem como a identidade de sócios entre as empresas licitantes, são elementos que podem levar à conclusão de comportamento inidôneo (conforme modelo de declaração - ANEXO XI).

As licitantes deverão informar, nos termos do art. 9º da Lei Federal 8.666/1993, se há ou não integrante do seu quadro societário que guarde relação familiar (cônjuge, companheiro ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade, até o terceiro grau, ou por afinidade, até o segundo grau) com servidor público municipal.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto nas Leis Federais nº. 8.666/1993 e 10.520/2002, e subsidiariamente (e no que couber) a Lei Federal nº. 9.784/1999.

Se no decorrer do processo de aplicação de penalidade houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846 de 2013, como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias a apuração de responsabilidade da empresa deverão ser remetidas a autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública Nacional ou Estrangeira nos termos da Lei nº 12.846 de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da cobrança respectiva pela EMPRESA. A critério da Administração e em sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a EMPRESA tenha a receber do MUNICÍPIO DE CAJATI. Não havendo pagamento pela EMPRESA, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se a EMPRESA ao processo executivo.

Os valores referentes às multas e demais importâncias, quando não ressarcidas pela EMPRESA, serão atualizadas pelo IPCA-IBGE – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vigente à época, ou outro que legalmente o substitua ou represente, calculado *pro rata die* e acrescido de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Portal da Transparência, Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e SICAF.

Cláusula Décima Segunda – DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido, unilateralmente, pela CONTRATANTE independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

I- Por descumprimento ou cumprimento irregular de quaisquer das cláusulas ou dispositivo do



PREFEITURA DO MUNÍCIPIO DE CAJATI
Estado de São Paulo



CONTRATO Nº 050/2021

presente contrato pela CONTRATADA;

II- Pela decretação de falência, pedido de concordata, insolvência, liquidação judicial ou extrajudicial ou suspensão pela autoridades competentes das atividades da CONTRATADA.

III- Pela dissolução da empresa contratada;

IV- Nos demais casos previsto no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Cláusula Décima Terceira – RESPONSABILIDADES PATRONAIS DO CONTRATO

Serão de total responsabilidade da Contratada as despesas referentes à custa com os funcionários, ou seja, salários, impostos, ações trabalhistas ou previdenciárias.

Cláusula Décima Quarta – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Jacupiranga, para dirimir quaisquer questões relativas ao presente contrato, o qual terá preferência sobre qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, perfeitamente justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor de forma, depois de lido e devidamente conferido, de acordo com a Lei.

Cajati, 08 de junho de 2021.

NELSON DA CUNHA
Nelson da Cunha 12591986851 – ME

SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Prefeito do Município de
Cajati - SP

Testemunhas:

Rinaldo de Lima e Silva
RG nº 25.637.137-4

Maria Cláudia dos S. Domingues
RG nº 25.608.969-3



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

- Estado de São Paulo -

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJATI
CONTRATADO: NELSON DA CUNHA 12591986851-ME
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17-2021-6

OBJETO: Aquisição de mantas para a campanha do agasalho 2021 em caráter de distribuição gratuita.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: Juliana Garcia Ruiz – OAB/SP 389.421

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Cajati, 08 de junho de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

- Estado de São Paulo -

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: RINALDO DE LIMA E SILVA
Cargo: Chefe de Gabinete
CPF: 097.860.058-48 RG: 25.637.137-4
Data de Nascimento: 01/11/1973
Endereço residencial completo: Rua Eduardo Bras Macedo, 66 - Vila Elias-
Jacupiranga- SP (11940-000)
E-mail institucional: gabinete@cajati.sp.gov.br
E-mail pessoal: rinaldoguarau@hotmail.com
Telefone(s): (013) 99705-6905

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pela CONTRATANTE:

Nome: SIDINEI APARECIDO RIBEIRO
Cargo: Prefeito
CPF: 259.336.578-16 RG: 30.801.034-6 SSP/SP
Data de Nascimento: 27/10/1976
Endereço residencial completo: Rua Rio Xingu nº 132- Novo Cajati - Cajati - SP (11.950-
000)
E-mail institucional: gabinete@cajati.sp.gov.br
E-mail pessoal: Sidnei_bico@hotmail.com
Telefone(s): (13) 3854-8656

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: NELSON DA CUNHA
Cargo: Proprietário
CPF: 125.919.868-51 RG: : 22.683.550-9
Data de Nascimento:
Endereço residencial completo: Rua Rio Tapajós- nº 151 - Vila Antunes - Cajati - SP
(11950-000)
E-mail institucional: vninovacoes@yahoo.com
E-mail pessoal: vninovacoes@yahoo.com
Telefone(s): (13) 99779-5231

Assinatura: _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

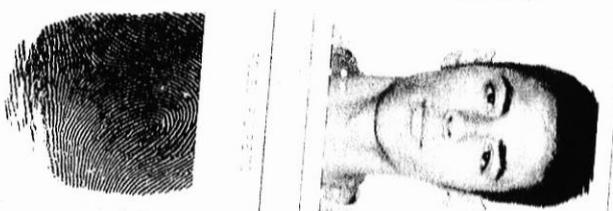
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO CIVIL DO ESTADO

0405-1

667A7761

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO DE IDENTIDADE 58.541.130-X 2 via

DATA DE EMISSÃO 11/02/2019

COGNOME

VICTOR LUCENA DA CUNHA

DESCRIÇÃO

NELSON DA CUNHA

ANA CRISTINA LUCENA DA CUNHA

LOCALIDADE

JACUPIRANGA - SP

DATA DE VALIDADE

10/02/2001

LOCALIDADE

JACUPIRANGA-SP CAJATI CN:LV.A35 /FLS.172 /Nº15202

CPF

479929528/47

Mitsuki Yamamoto
Delegado de Polícia Divisionário II RGD, SSP, SP

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

51.672.392/0001-76

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO DE NOTAS

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL
DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIÃO
DE NOTAS DO MUNICÍPIO DE CAJATICAJATI - SP
COMARCA DE JACUPIRANGA
CÍCERA ITAMAR NOBRE FRIEDRICHRua Pastor Mário Belchior, 21A
Parafuso - CEP 11950-000
CAJATI - SP**1º TRASLADO, LIVRO E- 65.PAG 359/361****PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:****NELSON DA CUNHA**

(Proc. Nelson da Cunha- Victor Lucena da Cunha)

Daniele Ribeiro dos Santos
Escriturária

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, FALSURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

S A I B A M,

quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, no ano de dois mil e vinte e um (2.021), aos vinte e seis (26) dias do mês de maio (05) do dito ano, nesta cidade de Cajati, Comarca de Jacupiranga, Estado de São Paulo, em Cartório perante mim, *Escrevente Autorizada*, compareceu como **OUTORGANTE: NELSON DA CUNHA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.587.889/0001-30, com sede na Rua Rio Tapajós, nº 151, Bairro Vila Antunes, nesta Cidade de Cajati, deste Estado de São Paulo; neste ato, por seu representante legal, **NELSON DA CUNHA**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.683.550-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 125.919.868-51, brasileira, empresário, casado, residente e domiciliado, na Rua Rio Tapajós, nº 151, Bairro Vila Antunes, nesta Cidade de Cajati, deste Estado de São Paulo. O presente reconhecido como sendo o próprio de quem se tata por mim, em razão dos documentos de identificação ora apresentados e acima mencionado, do que dou fé. E pelo outorgante me foi dito que por este público instrumento e na melhor forma de direito nomeia e constitui como seu bastante procurador: **VICTOR LUCENA DA CUNHA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.541.130-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 479.929.528-47, brasileiro, solteiro, eletricitista, residente e domiciliado na Rua Rio Tapajós, nº 151, Bairro Vila Antunes, nesta Cidade de Cajati, deste Estado de São Paulo; **ao qual confere os mais amplos, gerais e ilimitados poderes para:** gerir e administrar a Sociedade da outorgante, agindo, tratando e defendendo todos os assuntos, negócios, direitos e interesses da mesma, representando-o em Juízo ou fora dele, e em geral nas relações com terceiros; comprar e vender mercadorias, produtos e serviços do seu ramo de negócio, bem como requerer serviços, contratar, distratar, rescindir, anuir assinando os respectivos contratos, títulos ou propostas comerciais, papeis e documentos que se fizerem necessários, prestando declarações, produzir provas, cumprir exigências, concordar ou não com que lhe for proposto, oferecer garantias, estipular, aceitar ou rejeitar cláusulas, termos, prazos e condições, requerer e receber, em dinheiro ou cheques, amigável ou judicialmente, todas e quaisquer importâncias que forem devidas a Sociedade outorgante, por qualquer título e por quem quer que seja, inclusive rendas, juros, dividendos, vencimentos, aluguéis, proventos, auxílios, direitos trabalhistas, seguros de quaisquer espécies, ações, processos, devoluções, restituições e demais subvenções, endossando cheques, passando recibos e dando quitações, concordando ou impugnando com o que julgar conveniente; assinar livros, termos, atas e demais papéis e documentos necessários; representá-la perante os Bancos, Instituições Financeiras e Estabelecimentos de crédito em geral, em quaisquer de suas agências, mesmo que não expressos neste instrumento, inclusive **junto aos BANCOS e COOPERATIVAS: BANCO DO BRASIL S/A, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, BANCO BRADESCO S/A, BANCO SANTANDER S/A, ITAÚ e SICREDI**; podendo abrir, movimentar e encerrar contas bancárias de qualquer natureza, sejam contas correntes, aplicações e investimentos, assinando os respectivos contratos, fazer depósitos, assinar, emitir, endossar e descontar cheques, efetuar saques e retiradas de importâncias; assinar recibos e dar quitações, requisitar talões de cheques, cartões magnéticos, talonários, extratos e saldos bancários, cadastrar e conhecer senhas e códigos, gerar certificado de segurança, efetuar a implantação de biometria digital, aplicativos, QR Code, autorizar débitos, transferências e pagamentos, emitir documentos de crédito (DOCS e TED) inclusive via Internet (on-line), bem como ter acesso a Bank Fone; negociar, assinar, emitir, endossar, sacar, aceitar e descontar

União Internacional
do Notariado Latine
(Fundada em 1948)

Rua Iguape 10 Vila Vitória - Cajati - SP

FONE: 13 3054 1010


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

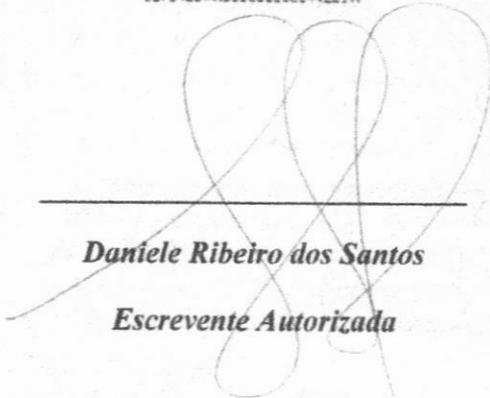
duplicatas, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, talonários fiscais e demais títulos de crédito em geral, bem como descontar e entregar para cobrança bancária duplicatas, letras de câmbio e notas promissórias, assinando os respectivos contratos, propostas, borderôs e instruções para cobrança; autorizando abatimentos, descontos, aplicações, prorrogações de vencimentos, entregas franco de pagamento e protestos; retirar cheques devolvidos; contrair obrigação cautelar e constituir garantia; assinar os contratos e demais papéis, títulos e documentos que se fizerem necessários; requerer, promover e assinar operações de câmbio, assinando as respectivas propostas, letras, contratos e títulos que se fizerem necessários, ajustar, concordar ou discordar com cálculos, taxas, multas, valores, rendimentos, prorrogações de prazos e vencimentos, elevações ou reduções de créditos; fazer e autorizar aplicações e resgates assinando para tanto os contratos e documentos necessários; assinar e receber a correspondência bancária dela outorgante, contrair empréstimos e financiamentos, assinar contratos de abertura de crédito, negociar e renegociar empréstimos e financiamentos, confessar dívidas, cobrar, receber quaisquer importâncias devidas a outorgante a qualquer título que seja, bem como pagar as quais a outorgante seja devedora, passando e recebendo os respectivos recibos e quitações, receber notas promissórias, protestar ou sustar protestos; representá-la junto as Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autárquicas, paraestatais, empresas de economia mista, representando-a em qualquer esfera administrativas e/ou judicial, Procuradorias e Ministérios Públicos em Geral, Prefeituras Municipais, Secretárias e Delegacias da Receita Federal, Cartórios, Postos Fiscais, Secretaria da Fazenda dos Estados, Previdência Social, Delegacias de Polícia, Poupatempo, Polícia Federal, Ministério do Trabalho e emprego, Ministério da Saúde, Justiça do Trabalho, Junta Comercial do Estado de São Paulo e demais Juntas Comerciais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamentos de trânsito, em quaisquer de seus órgãos ou repartições, estações, ferroviárias, aeroviárias, rodoviárias e portuárias, alfândegas, Companhias Seguradoras, Sindicatos, Associações, Indústrias, Comércio em Geral, Serasa, SPC, PROCON, Operadoras de Telefonia móvel Celular, Companhias Telefônicas, Banco Central do Brasil, Consulados, Embaixadas, Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, IBAMA, INCRA, INPI, INMETRO, IPEN, e junto à SISCOMEX, Carteira de Comércio Exterior, de Câmbio e Fiscalização do e Banco Central do Brasil, Clínicas, Hospitais, Companhias de Crédito, Financiamento e Investimentos, Corpo de Bombeiro, órgãos ou repartições responsáveis pela Segurança, Companhias de rede de água, de energia elétrica, de telefonia, de limpeza, de meio ambiente e com esta procuração poderá fazer requerimentos, apresentar defesas e recursos, ter vistas de processos administrativos ou judiciais acompanhando-os até final, fazer provas e declarações, juntar e desentranhar papéis e documentos, transigir, receber quantias e dar quitações, assinar plantas, requerimentos e memoriais; pagar impostos, taxas, multas, contribuições e emolumentos; assinar termos ou certificados de aquisição, venda e transferência de patrimônio e bens materiais ou imateriais; assinar declarações de rendimentos e de bens; receber as respectivas notificações, bem como os cheques de restituição; receber correspondências em geral, registrados com ou sem valor, vales postais, "collisposteaux" e demais encomendas e telegramas endereçados a Sociedade outorgante; participar de concorrências públicas, podendo, apresentar propostas de preços, apresentar documentos adicionais e complementares, assinar livros de presenças e atas, impugnar licitantes e propostas, recorrer de qualquer instância administrativa, rubricar páginas de documentos e pré-qualificação; debater cláusulas contratuais, concordar, discordar, transigir, desistir, firmar compromissos, requerer, alegar e assinar o que convier, solicitar informações e esclarecimentos, promover e efetuar Cadastro e/ou Recadastramento, preencher e assinar ficha cadastral, cumprir exigências legais; nomear a qualquer tempo despachantes aduaneiras e seus auxiliares, representar a outorgante junto a ICP-Brasil, em suas autoridades certificadoras, ou



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo



1172421TR000000008344221W



Daniele Ribeiro dos Santos
Escrevente Autorizada

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO